



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

19º EXAME DE SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2009 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Analise as seguintes afirmações a respeito dos elementos que compõem o Estado, assinalando a alternativa INCORRETA:

- a) Para a maior parte dos autores, o Estado é composto por três elementos: (i) *soberania*; (ii) *povo*; (iii) *território*.
- b) A soberania possui as seguintes características: una, indivisível, inalienável e imprescritível.
- c) A noção de povo contrapõe-se à de população, sendo certo que o primeiro conceito refere-se à expressão numérica, demográfica ou econômica de pessoas em um dado território, e o segundo reflete o vínculo jurídico entre a pessoa e o Estado.
- d) O território estabelece a delimitação da ação soberana do Estado, sendo certo que o seu limite marítimo é de 12 (doze) milhas náuticas a partir do litoral, o que configura o chamado "mar territorial".
- e) O conceito de nação denomina o complexo de pessoas que têm origem, tradições e costumes comuns, isto é, possuem homogeneidade social.

2) Sobre o poder constituinte originário e o poder constituinte derivado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O titular do poder constituinte é aquele que, em nome do povo, promove a instituição de um novo regime constitucional ou promove a sua alteração.
- b) O poder emanado do constituinte derivado reformador, que é fundado na possibilidade de alteração do texto constitucional, não é passível de controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) O poder constituinte derivado decorrente é aquele atribuído aos parlamentares no processo legislativo, em que são discutidas e aprovadas leis, observadas as limitações formais e materiais impostas pela Constituição.
- d) Entre as características do poder constituinte originário destaca-se a possibilidade incondicional de atuação, ou seja, a Assembleia Nacional Constituinte não está sujeita a forma ou procedimento pré-determinado.
- e) O poder constituinte derivado decorrente é exercido pelos Estados-membros por meio das Constituições Estaduais, mas não pelo Distrito Federal e pelos Municípios, que se auto-organizam a partir de suas respectivas Leis Orgânicas.

3) Considere a edição da Lei ordinária X sob a égide da Constituição A. Em momento posterior, é promulgada a Constituição B, que requer que a matéria disciplinada pela Lei X seja objeto de lei complementar. Diante deste quadro normativo, a situação da Lei X é:

- a) Considera-se imediatamente revogada na data de promulgação da Constituição, em razão da superveniência de texto constitucional com ela incompatível.
- b) É inconstitucional, mas permanece em vigor em razão do princípio da presunção de constitucionalidade das leis, aguardando manifestação do Poder Judiciário por meio de controle abstrato ou difuso.
- c) Para que continue em vigor, deverá ser submetida à votação pelo Congresso Nacional, devendo ser aprovada por quorum suficiente para a edição de lei complementar.
- d) Continua em vigor em razão do fenômeno da "novação constitucional" e vale como lei ordinária, podendo ser posteriormente revogada por outra lei ordinária ou lei complementar.
- e) Continua em vigor em razão do fenômeno da "recepção das normas", pois não há inconstitucionalidade formal superveniente, e vale com o status de lei complementar.

4) A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Atos emanados do Executivo, ainda que marcados pela generalidade e abstração, não podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) Pelo voto da maioria absoluta dos membros do STF, pode ser declarada, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, a inconstitucionalidade da lei orgânica de município.
- c) É possível o ajuizamento de ação declaratória de constitucionalidade tendo por objeto lei estadual, desde que comprovada a controvérsia jurídica relevante sobre a aplicação da lei.
- d) Por meio de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), é possível impugnar atos normativos municipais e pré-constitucionais.
- e) As normas somente constitucionais em sentido formal (e não material) não podem servir de paradigma para o exercício de controle abstrato de constitucionalidade das leis.

5) Nos casos de matéria da competência legislativa concorrente entre Estados-membros e União, é CORRETO afirmar que:

- a) A falta de normas gerais editadas pela União permite que cada Estado exerça competência legislativa plena sobre a matéria, para atender às suas peculiaridades.
- b) Havendo conflito entre a legislação estadual e a federal, deve prevalecer aquela, no âmbito do Estado-membro, dado o princípio da competência residual dos Estados.
- c) Não havendo legislação estadual sobre a matéria, cabe à União suprir a omissão, tanto em aspectos de normas gerais como de normas específicas.
- d) Configura hipótese de competência legislativa concorrente o caso de delegação, pelos Estados-membros, de sua competência legislativa privativa para a União, com reserva de iguais poderes.
- e) A Constituição Federal adota sistema no qual a competência legislativa residual é atribuída sempre à União.

6) Suponha que a Assembléia Legislativa do Estado aprove a Lei X, de iniciativa de Deputado Estadual, majorando os vencimentos dos servidores públicos estaduais. O Governador do Estado sanciona o projeto, mas posteriormente percebe que a lei é ruínoza para as finanças estaduais. Sobre a impugnação judicial desta lei, assinale a alternativa correta:

- a) O Governador do Estado não pode provocar a jurisdição constitucional neste caso, pois sancionou o projeto. Isto porque a sanção convalida o vício de iniciativa inicialmente existente.
- b) A lei é válida, já que a majoração de vencimentos de servidores públicos é matéria sujeita à iniciativa legislativa concorrente. Assim, não há qualquer vício na norma jurídica.
- c) O princípio da irredutibilidade dos vencimentos dos servidores públicos deve ser objeto de ponderação com a regra que estabelece a iniciativa privativa do Governador, sendo certo que a preponderância daquele princípio impede a declaração de inconstitucionalidade da referida lei, consoante já decidiu o Supremo Tribunal Federal.
- d) A lei é inconstitucional, em razão do vício de iniciativa, e pode ser impugnada por meio de ação direta de inconstitucionalidade, eis que a sanção não convalida o vício.
- e) O Governador do Estado poderá provocar a jurisdição constitucional neste caso, desde que se atenha ao prazo de veto de que dispõe constitucionalmente.

7) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a validade jurídica do processo administrativo disciplinar – i.e., que se destina à aplicação de sanção a servidor público – depende de:

- a) Concessão de ampla defesa e contraditório, bem como nomeação de advogado ao servidor público, o que deverá ser feito *ex officio* pela autoridade responsável pelo processamento, em caso de inércia do interessado.
- b) Concessão de ampla defesa e contraditório, sem que haja necessidade de nomeação de advogado para a defesa, que pode ser realizada pelo próprio servidor.
- c) Observância do devido processo legal em seu aspecto formal ou procedimental, o que se traduz na observância dos postulados da proporcionalidade e razoabilidade.
- d) Manifestação conclusiva do órgão de representação judicial do ente público, o qual deverá ratificar a punição proposta pela comissão de inquérito disciplinar, nos termos exigidos pelo art. 132 da Constituição Federal de 1988.
- e) O processo administrativo disciplinar para apuração de falta de membros do Poder Judiciário dependerá de prévia autorização judicial, em processo autônomo e preliminar.

8) Dentre os poderes constitucionalmente atribuídos às Comissões Parlamentares de Inquérito, inserem-se os de:

- a) Determinar a prisão cautelar de envolvidos nos fatos investigados.
- b) Promover a apreensão de bens, como garantia de ressarcimento futuro do poder público.
- c) Expedir ordem proibindo a saída do país de envolvidos nos fatos investigados.
- d) Promover a quebra do sigilo bancário e telefônico de envolvidos.
- e) Impedir a assistência de advogado durante os depoimentos, com vistas à obtenção da verdade real.

9) O princípio segundo o qual é vedado cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado (art. 150, III, "a", da CF88) é o da:

- a) Irretroatividade.
- b) Anterioridade.
- c) Anualidade.
- d) Imunidade recíproca.
- e) Tipicidade fechada.

10) Sobre as ações constitucionais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O pólo passivo nas ações de mandado de segurança é ocupado pela entidade de direito público ou privado à qual se vincula a autoridade coatora.
- b) Para o ajuizamento da ação popular basta ao autor ostentar a nacionalidade brasileira, o que deverá ser comprovado pela juntada da certidão de nascimento no respectivo processo.
- c) Cabe reclamação, endereçada diretamente ao Supremo Tribunal Federal, contra ato judicial ou administrativo que contrariar súmula vinculante.
- d) É cabível o afastamento de lei inconstitucional em sede de ações civis públicas, por juízo de primeira instância, desde que figure como causa de pedir.
- e) Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

DIREITO CIVIL

11) Assinale a assertiva INCORRETA:

- (a) O distrato faz-se pela mesma forma exigida para o contrato.
- (b) Os negócios jurídicos benéficos interpretam-se estritamente.
- (c) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- (d) O contrato de doação é um negócio jurídico unilateral.
- (e) É lícito estipular contratos atípicos.

12) Assinale a assertiva CORRETA:

- (a) Os ébrios habituais são absolutamente incapazes.
- (b) Benfeitorias úteis são as que têm a finalidade de conservar o bem.
- (c) A condição impossível, quando resolutiva, é tida por inexistente.
- (d) É nulo o negócio jurídico celebrado sob coação.
- (e) O contrato de compra e venda é sempre comutativo.

13) Assinale a assertiva INCORRETA:

- (a) A entrega do título ao devedor firma a presunção de pagamento.
- (b) Não se opera a compensação entre dívidas vencidas.
- (c) O valor da cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.
- (d) O protesto cambial interrompe a prescrição.
- (e) Há confusão quando se reúnem na mesma pessoa as qualidades de credor e devedor.

14) É nulo o negócio jurídico quando:

- (a) celebrado por pessoa relativamente incapaz.
- (b) celebrado em estado de perigo.
- (c) por fatores imprevisíveis, houver desequilíbrio superveniente entre as prestações.
- (d) tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- (e) celebrado sob coação.

15) De acordo com o Código Civil, a pretensão de reparação civil prescreve em:

- (a) 20 anos.
- (b) 10 anos.
- (c) 5 anos.
- (d) 3 anos.
- (e) 1 ano.

16) Sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa incorreta:

- a) a autarquia é pessoa jurídica de direito público interno.
- b) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.
- c) as fundações são universalidades de bens.
- d) nas associações, não é lícita a exclusão dos associados.
- e) o estatuto das associações deve prever os direitos e deveres dos associados.

17) A respeito da classificação dos bens, indique a alternativa correta:

- a) o direito à sucessão aberta considera-se imóvel para os efeitos legais.
- b) as pertenças equivalem às benfeitorias volutuárias.
- c) bens fungíveis são os que não comportam divisão.
- d) bens incorpóreos são os que não têm valor econômico.
- e) os bens públicos estão sujeitos a usucapião.

18) Assinale a alternativa correta:

- a) o nexu causal não é um elemento do ato ilícito.
- b) não constitui ato ilícito o praticado em estado de necessidade.
- c) a boa-fé objetiva não é critério para aferir o abuso de direito.
- d) o ato ilícito não pode decorrer de omissão.
- e) o dano estético não é indenizável.

19) Assinale a alternativa incorreta:

- a) o pagamento a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago.
- b) o credor pode renunciar a solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores.
- c) a um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.
- d) convertendo-se a prestação em perdas e danos, cessa a solidariedade.
- e) a solidariedade não se presume.

20) Assinale a alternativa incorreta:

- a) não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora.
- b) se a inexecução resultar de dolo do devedor, as perdas e danos são agravadas.
- c) o inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu vencimento, constitui a mora *ex re*.
- d) para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo.
- e) o caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21) Sobre o procedimento sumário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No procedimento sumário são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.
- b) Não pode ser observado o procedimento sumário nas ações ajuizadas contra o Estado.
- c) É lícito ao réu oferecer reconvenção.
- d) Observar-se-á o procedimento sumário nas causas cujo valor não exceda quarenta vezes o salário mínimo.
- e) Sendo a Fazenda Pública ré de uma ação de rito sumário, o juiz designará a audiência de conciliação a ser realizada no prazo de 60 (sessenta) dias, citando-se o réu com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

22) Sobre as nulidades processuais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- b) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão, salvo se a parte provar legítimo impedimento.
- c) Por aplicação do princípio da inércia, é vedado ao juiz reconhecer nulidade de ofício.
- d) É nulo o processo quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- e) O juiz, ao pronunciar a nulidade, declarará que atos são atingidos, ordenando as providências necessárias, a fim de que sejam repetidos ou retificados.

23) São hipóteses de extinção do processo, com resolução de mérito:

- a) A sentença que reconhecer a inépcia da inicial.
- b) A sentença que acolher a coisa julgada material.
- c) Quando as partes transírem.
- d) Pela convenção de arbitragem.
- e) Quando o autor desistir da ação.

24) Marque a alternativa INCORRETA:

- a) É lícito a qualquer das partes arguir, por meio de exceção, a incompetência, o impedimento ou a suspeição.
- b) Caberá a parte oferecer a exceção de impedimento/suspeição no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da juntada do mandado de citação.
- c) Recebida a exceção, o processo ficará suspenso, até que seja definitivamente julgada.
- d) O juiz indeferirá a petição inicial da exceção, quando manifestamente improcedente.
- e) Julgada procedente a exceção, os autos serão remetidos ao juiz competente.

25) É correto afirmar que:

- a) no chamamento ao processo, procura-se corrigir um vício de ilegitimidade passiva cometido pelo autor.
- b) a denunciação da lide é modalidade de intervenção de terceiros em que alguém vem a juízo buscando reconhecer direito seu sobre coisa discutida em um processo.
- c) a denunciação da lide se caracteriza como uma ação por uma das partes em face de terceiro, buscando obter antecipadamente o reconhecimento de seu direito de regresso.
- d) na oposição, terceiro vem a juízo por se tratar de responsável solidário ao réu de uma demanda.
- e) na assistência, procura-se corrigir um vício de ilegitimidade passiva cometido pelo autor.

26) É pressuposto processual:

- a) a legitimidade das partes.
- b) a capacidade das partes.
- c) o interesse de agir.
- d) a possibilidade da demanda.
- e) a inexistência de fato extintivo ao direito do autor.

27) Assinale a alternativa correta quanto ao prazo recursal de que dispõe a Fazenda Pública:

- a) 15 dias para apresentar recurso de apelação e embargos infringentes.
- b) 10 dias para apresentar embargos de declaração e agravo de instrumento.
- c) 30 dias para apresentar recurso especial e recurso extraordinário.
- d) 20 dias para apresentar agravo retido e embargos infringentes.
- e) 30 dias para apresentar apelação e agravo de instrumento.

28) Indique qual das hipóteses abaixo não configura uma característica da jurisdição:

- a) inércia.
- b) definitividade.
- c) inevitabilidade.
- d) indelegabilidade.
- e) precariedade.

29) Não é competência do Supremo Tribunal Federal:

- a) julgar recursos extraordinários.
- b) julgar mandados de segurança contra atos do Presidente da República.
- c) julgar ação declaratória de constitucionalidade.
- d) julgar ações rescisórias de julgados do Superior Tribunal de Justiça.
- e) as causas relativas a conflitos entre Estados brasileiros.

30) Dentro da sentença, faz(em) coisa julgada:

- a) os motivos de direito.
- b) o dispositivo.
- c) a análise de questão prejudicial, decidida incidentalmente.
- d) o relatório.
- e) a publicação.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

19.º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS
AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do artigo 19 do Regulamento do 19.º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) C
- 2) D
- 3) E
- 4) D
- 5) A
- 6) D
- 7) B
- 8) D
- 9) A
- 10) B

DIREITO CIVIL

- 11) D
- 12) C
- 13) B
- 14) D
- 15) D
- 16) D
- 17) A
- 18) B
- 19) D
- 20) B

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 21) E
- 22) C
- 23) C
- 24) B
- 25) C
- 26) B
- 27) C
- 28) E
- 29) D
- 30) B

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua Dom Manuel, 25, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11 às 17 horas.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2009

Leonardo de Andrade Mattietto
Procurador-Chefe do CEJUR